



ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 10 (dez) pessoas;
PRÉDIO-SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL: 40 (quarenta) pessoas.

- a) Demanda do Encarregado
- Quantidade Estimada de Pessoal: 01 posto de serviço.
- b) Demanda dos Serviços de Copeiragem
- Quantidade Estimada de Pessoal: 10 postos de serviço.
- c) Demanda dos Serviços de Recepção
- Quantidade Estimada de Pessoal: 02 postos de serviço.
- d) Demanda dos Serviços de Auxiliar de Eletricista de baixa tensão
- Quantidade Estimada de Pessoal: 01 posto de serviço.
- e) Demanda dos Serviços de Auxiliar de Encanador
- Quantidade Estimada de Pessoal: 01 posto de serviço.

9.3. DESCRIÇÃO E REQUISITOS BÁSICOS DOS SERVIÇOS A SEREM

EXECUTADOS:

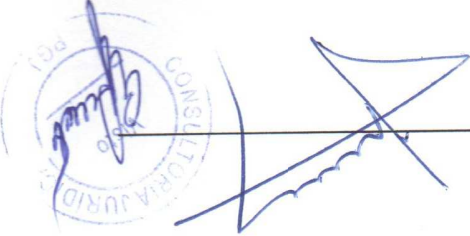
- 9.3.1. O encarregado terá as seguintes responsabilidades
- a) comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
 - b) encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas dos serviços prestados;
 - c) administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
 - d) cuidar da disciplina; e
 - e) estar sempre em contato com a FISCALIZAÇÃO.

Requisitos Básicos: Ensino Fundamental completo.

9.3.2. Os serviços correspondentes à limpeza, conservação e higienização deverão ser executados conforme discriminação seguinte:

- Diariamente, uma vez, quando não explicitado:

- a) limpar móveis, utensílios, aparelhos elétricos, extintores de incêndio etc.;
- b) remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- c) proceder à limpeza e desinfecção dos banheiros e coleta de lixo, no mínimo, 2 (duas) vezes ao dia, substituindo os sacos de cada lixeira pelo menos 1 (uma) vez ao dia;
- d) proceder à limpeza e desinfecção das copas e cozinhas, no mínimo, 2 (duas) vezes ao dia;
- e) proceder à limpeza dos pisos do Ministério Público Estadual, utilizando os produtos adequados para o tratamento de cada tipo de piso;
- f) varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de mármore e emborrachados;
- g) limpar as escadarias e corrimãos;
- h) abastecer com papel toalha, papel higiênico, sabonete líquido e refil dos desodorizadores os sanitários, quando necessário;





ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- i) limpar e higienizar os aparelhos telefônicos;
j) limpar o elevador com produtos adequados;
k) passar pano úmido com álcool nas mesas e assentos das copas e cozinhas antes e após as refeições;
l) proceder à coleta seletiva de todo o lixo, no mínimo, 2 (duas) vezes ao dia, acondicionando-o em saco plástico e removendo-o para o local indicado pelo Ministério Público Estadual;

- m) limpar e higienizar os bebedouros;
n) suprir os bebedouros com garrações de água mineral adquiridos pela Administração;
o) movimentar móveis e transportar volumes, quando necessário;
p) limpar as áreas externas adjacentes ao edifício;
q) proceder à limpeza das áreas ajardinadas interna e externas;
r) repor os refis de álcool-gel, quando necessário;
s) executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

- Semanalmente, uma vez, quando não explicitado:

- a) lavar as paredes revestidas com azulejo e outros materiais;
b) lavar pisos dos banheiros, cozinhas e copas;
c) lavar lixeiras e *containers* de lixo;

- d) lustar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar a flanela nos móveis encardados;

- e) proceder à limpeza dos painéis frontais, filtros e bandejas dos condicionadores de ar, com aplicação de produto bactericida;

- f) executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

- Quinzenalmente, uma vez, quando não explicitado:

- a) limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
b) proceder à limpeza detalhada dos estofados;
c) lavar escadarias, capachos e tapetes;
d) limpar e polir todos os metais, como: válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
e) lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmoreite e emborrachados;

- f) limpar os quadros, placas, pinturas e painéis;

- g) limpar todas as esquadrias e seus vidros (face interna/externa);

- h) limpar persianas e peitoris;

- i) limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;

- j) limpar divisórias modulares, portas de vidro, etc., bem como lavar, com produto adequado, os pisos revestidos em cerâmica, paviflex, fôrmica ou similar;

- k) limpar as esquadrias externas;

- l) executar demais serviços considerados necessários à frequência quinzenal.





ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Mensalmente, uma vez:
- a) limpar todas as luminárias, inclusive das áreas externas, por dentro e por fora;
 - b) limpar tetos, paredes, parapeitos, portas, forro, lambris, rodapés etc.;
 - c) remover manchas nos pisos, nas paredes, nas divisórias, suas portas e vidros;
 - d) limpar livros e periódicos dispostos na Biblioteca, estantes e armários, pertencentes ao Ministério Público Estadual;
 - e) limpar e desobstruir os ralos dos banheiros;
 - f) proceder ao polimento dos corrimãos das escadas;
 - g) efetuar a desobstrução, pelo menos 1 (uma) vez, dos tubos de escoamento de águas pluviais;

- h) lavar as áreas cobertas destinadas à garagem/estacionamento;
- i) proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês; e,
- j) executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

- Semestralmente, uma vez quando não explicitado:

- a) lavar pátio e calçadas externas;
- b) proceder ao polimento das letras das placas de metal;
- c) lavar as caixas d'água do prédio, remover a lama e desinfetá-las;
- d) lavar cortinas, persianas, cadeiras e estofados com equipamentos e produtos adequados;
- e) aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;
- f) limpar caixas de gordura;
- g) executar demais serviços considerados necessários à frequência semestral.

- Anualmente, uma vez quando não explicitado:

- a) lavar o prédio externamente, em conformidade com as normas de segurança do trabalho;
- b) executar demais serviços considerados necessários à frequência anual.

Requisitos Básicos: Ensino Fundamental.

9.3.3. Os serviços correspondentes à copeiragem deverão ser executados conforme discriminação seguinte:

- a) preparar e servir água, chá, café e outros aos servidores e visitantes, nos horários indicados ou sempre que solicitado;
- b) servir alimentos sempre que solicitado;
- c) preparar bandejas, pratos e mesas;
- d) recolher xicaras, copos, garrafas térmicas, jarras e demais utensílios, durante o expediente;
- e) lavar e higienizar os utensílios e equipamentos das copas e cozinhas;
- f) limpar as geladeiras do Ministério Público Estadual, pelo menos uma vez por semana;
- g) limpar armários, uma vez por semana;
- h) descongelar geladeiras para limpeza geral, pelo menos uma vez por mês.

Requisitos Básicos: Ensino Fundamental Completo.





ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

9.3.4. Os serviços referentes à recepção deverão ser executados conforme discriminação seguinte:

- a) recepcionar e encaminhar visitantes;
- b) atender telefone e fornecer informações ao público;
- c) receber correspondências e documentos;
- d) proceder à digitalização de processos e documentos;
- e) comunicar qualquer anormalidade ao vigilante e ao Serviço de Administração;
- f) fiscalizar a movimentação de pessoas e volumes quando da entrada e saída das dependências do Ministério Público Estadual;
- g) manter o local em ordem e sem aglomeração;
- h) zelar pela higiene, organização e aparência do local de trabalho;
- i) realizar outras atividades de mesma natureza e mesmo nível de responsabilidade.

Requisitos Básicos: Ensino Médio Completo e Operação de microcomputador (Windows, Word e BR Office).

9.3.5. Os serviços relativos ao Auxiliar de Eletricista de baixa tensão deverão ser executados conforme discriminação seguinte:

- a) executar os serviços elétricos;
- b) realizar instalações elétricas prediais, incluindo especificação de material;
- c) montar e reparar as instalações elétricas e equipamentos auxiliares;
- d) trabalhar em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.

Requisitos Básicos: Ensino Fundamental Completo

9.3.6. Os serviços relativos ao Auxiliar de Encanador deverão ser executados conforme discriminação seguinte:

- a) efetuar a colocação ou reforma de vasos sanitários e pia;
- b) instalar hidrantes, torneiras e mictórios;
- c) efetuar a troca de pia, vasos sanitários, hidrantes, torneiras e mictórios, quando quebrados;
- d) executar tarefas de redes de água e esgoto;
- e) instalar e consertar encanamentos, fazer ligações de água e esgoto e instalar padrões de medição;
- f) executar assentamento de tubos, manilhas e conexões;
- g) executar e reparar ramais domiciliares;
- h) corrigir vazamentos em redes de água, bem como desobstruir as redes de esgoto;
- i) executar outras atividades correlatas.

Requisitos Básicos: Ensino Fundamental Completo



ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA DÉCIMA – EQUIPAMENTOS ADEQUADOS À EXECUÇÃO DOS TRABALHOS EM TODAS AS LOCALIDADES PREVISTAS PARA OS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

01 andaime ajustável de, no mínimo, 6 metros;
01 aspirador de pó e água, tipo industrial;
01 escada com 06 (seis) degraus;
01 escada articulada de 14 (quatorze) degraus;
01 mangueira de ¾", com 50 metros;
01 mangueira de ¾", com 100 metros;
01 máquina de limpeza de alta pressão;
01 kit completo para limpeza de vidros;
01 enceradeira

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – UNIFORMES

11.1. Serão fornecidos pela empresa contratada, conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, **01 conjunto de uniforme por ano**, que consiste em 02 (duas) blusas ou camisas, 02 (duas) calças ou bermudas, ou 02 (dois) macacões, ou ainda, 02 (dois) vestidos, mais 01 (um) par de calçados por ano, conforme padrão da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Documentação a ser apresentada no início da prestação de serviço:

a) Cópia do contrato de trabalho e do regulamento interno da empresa, se houver, bem como do acordo ou da convenção coletiva de trabalho, ou ainda, do acordo normativo proferido pela Justiça do Trabalho, se for o caso, relativos à categoria profissional a que pertence o trabalhador, para que se possa verificar o cumprimento das respectivas cláusulas;

b) Registro de empregado e cópia das páginas da carteira de trabalho e Previdência Social, atestando a contratação;

c) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização dos exames médicos (admissional e periódicos e, se for o caso, de retorno ao trabalho e de mudança de função);

d) Comprovante de cadastramento do trabalhador no regime do PIS/PASEP;

e) Comprovantes de opção e fornecimento do vale transporte, quando for o caso;

f) Documento que ateste o recebimento de fardamento e equipamentos de proteção individual ou coletiva, se o serviço assim o exigir;

g) Relação com o nome, função, data de nascimento e nível de escolaridade dos empregados que prestarão serviços ao MP/AL.

12.2. Havendo, eventualmente, a rescisão do contrato de trabalho de um trabalhador e substituição por outro, convém constar ainda a obrigatoriedade de apresentação por parte da empresa contratada, em relação ao empregado cujo contrato se extinguiu, os seguintes documentos:



ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

a) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, devidamente homologado quando o trabalhador tiver mais de um ano prestando serviços na empresa;

b) Documento que comprove a concessão de aviso prévio, trabalhado ou indenizado, seja por parte da empresa, seja por parte do trabalhador;

c) Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do Requerimento de Seguro Desemprego, nas hipóteses em que o trabalhador possa requerer o respectivo benefício (dispensa sem justa causa, por exemplo);

d) Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Social (GRFC), em que conste o recolhimento do FGTS nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa ou em caso de extinção de contrato por prazo determinado;

e) Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional.

11.3. Caso a contratada seja optante pelo Simples Nacional, a mesma não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à exclusão do Simples Nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Com fundamento no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal/88, o reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser:

a) **reajuste**, que poderá ser concedido através do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas acumulado ou outro índice que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 12 meses, a contar da data limite para apresentação da proposta, nos termos da Lei n. 9.069/95, alterada pela Lei n.10.192/01;

b) **recomposição de preços**, na hipótese da ocorrência:

b.1) fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado;

b.2) caso de força maior;

b.3) caso fortuito; ou

b.4) fato do príncipe.

c) **repactuação**, levando-se em consideração os valores apresentados nos casos de acordo, convênio, dissídio coletivo ou equivalente, para que permaneçam as condições apresentadas na proposta inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Sem prejuízo das demais disposições deste, a empresa vencedora fica obrigada a:

a) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários; seguros de acidentes; tributos; adicionais; indenizações; vales-refeição ou cesta básica, sem custo para o empregado; vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

b) Recrutar, selecionar, treinar e encaminhar os empregados necessários à realização dos

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



serviços, de acordo com as categorias definidas pelo MP/AL;

c) Providenciar no prazo de 24h a imediata substituição de qualquer empregado ou associado considerado inadequado ou inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do MP/AL ou que não atendam às suas necessidades;

d) Providenciar imediatamente a substituição de qualquer empregado, independente do motivo, que não tenha se apresentado no seu respectivo posto de trabalho no horário determinado;

e) Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do MP/AL, porém sem qualquer vínculo empregatício com o mesmo;

f) Fornecer crachás de identificação e manter seus empregados devidamente uniformizados e equipados, durante a jornada diária de trabalho, correndo as despesas por sua conta;

g) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticadas por seus empregados quando relacionados ou não com a execução dos serviços nas dependências do CONTRANTE;

h) Encaminhar ao MP/AL, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los;

i) Providenciar, em caso de greve no sistema de transporte coletivo da cidade, a condução do seu empregado aos locais da prestação de serviço;

j) Responder pelos danos causados por seu empregado diretamente ao MP/AL ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento efetuado pelo gestor do contrato;

k) Fornecer ao gestor do contrato todas as informações de interesse do MP/AL, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da solicitação;

l) Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

m) Observar os prazos legais e regulamentares na entrega ao seu pessoal dos vales transporte e vales-refeição e pagamento de salário;

n) Custear cursos de reciclagem para seus empregados, indicados pelo MP/AL;

o) Fornecer cartões de ponto para os funcionários, podendo ser utilizado relógio de ponto manual, constante nas dependências do MP/AL, ficando a contratada responsável pela sua conferência ao final de cada mês;

p) Obedecer aos direitos trabalhistas previstos na respectiva Convenção Coletiva das categorias;

q) Indicar um preposto (encarregado), aceito pela FISCALIZAÇÃO, durante o período de vigência do contrato, para representar a administrativamente sempre que for necessário, que desempenhará a *interface* entre os terceirizados e as áreas do MP/AL, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, CPF, RG, dentre outros;

r) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto mencionado no item anterior;

s) Pagar, até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as

- 15.1. O MP/AL fica obrigado a:
- a) Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato;
 - b) Acompanhar a execução dos serviços realizados pela contratada, sem prejuízo de sua responsabilidade, e avaliar a qualidade dos mesmos, podendo solicitar imediatamente a reparação dos serviços, caso não estejam a contento;
 - c) Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato, através da fiscalização e fixando-lhe prazo para correção;
 - d) Convocar reuniões, sempre que julgar necessário, com a contratada para acompanhamento dos serviços e esclarecimento de eventuais dúvidas;
 - e) Atestar as notas fiscais apresentadas e em conformidade com os serviços solicitados;
 - f) Comunicar, por escrito, à contratada, toda e qualquer orientação acerca dos serviços, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas;
 - g) Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
 - h) Solicitar, exigir e obter imediatamente a substituição de qualquer empregado da empresa contratada, notadamente quando verificada a falta de qualificação, zelo e dedicação na execução das tarefas, ou outros comportamentos que prejudiquem as atividades e resultados;
 - i) Efetuar os pagamentos devidos à contratada, e
 - j) O MP/AL reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os serviços e, ainda, aplicar multa ou rescindir o Contrato, caso a CONTRATADA desobedeça quaisquer das cláusulas

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- anuidade do MP/AL.
- z) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia e expressa anuidade do MP/AL;
 - y) Executar dentro da melhor técnica e qualidade, os serviços necessários à realização do objeto do contrato;
 - x) Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação;
 - w) Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução do objeto do contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista no contrato tenha que ser apresentada, para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para o MP/AL, desde que de responsabilidade da CONTRATADA;
 - v) Possibilitar ao MP/AL a fiscalização da execução do objeto contratado;
 - u) Apresentar pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, decorrente de acordo ou convenção coletiva de trabalho da categoria, acompanhado de toda documentação necessária, planilhas e demonstrativos até 30 (trinta) dias após a homologação da mesma;
 - t) Reajustar imediatamente os salários dos profissionais de cada posto de acordo com o índice aprovado em acordo ou convenção coletiva de trabalho das categorias;





ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

estabelecidas no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Será exigida da CONTRATADA, no prazo de 15 dias úteis contados da assinatura do contrato, a prestação de garantia para o cumprimento da sua execução, no montante de 5% (cinco por cento) do valor correspondente a 12 (doze) meses do contrato, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93.

16.2. A Administração não fará uso da faculdade prevista no § 1º do art. 19 da IN SLTI/MPOG nº 2/08, que permite a opção de, nas repactuações, aumentar a garantia prestada com os valores providos não utilizados para o pagamento de férias.

16.3. A garantia deverá cobrir expressamente o eventual inadimplemento das obrigações e dos encargos sociais e trabalhistas da contratada, em cumprimento e para dar efetividade ao disposto no art. 35, especialmente seu § único, da IN SLTI/MPOG nº 02/08.

16.4. A garantia deverá ser apresentada com validade de 03 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato.

16.5. A garantia será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a mesma será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

16.6. A garantia apresentada na modalidade seguro garantia ou fiança bancária deverá ser acompanhada de documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice ou carta-fiança. Se a garantia ofertada for a fiança bancária, deverá o banco fiador renunciar expressamente ao benefício de ordem, nos termos do disposto nos artigos 827 e 828, I, da Lei nº 10.406/02 - Código Civil.

16.7. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a contratada deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela contratante, mediante ofício entregue contra recibo.

16.8. Após o cumprimento fiel e integral do contrato, o MP/AL devolverá à contratada a garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA-SETIMA - DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

17.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) ADVERTÊNCIA por escrito;
- b) MULTA DE MORA de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso;
- c) MULTA COMPENSATÓRIA de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato;
- d) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.



ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

17.2. A inexecução total ou parcial sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) ADVERTÊNCIA por escrito;
- b) Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 20% (vinte por cento);
- c) Em caso de inexecução total, multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

17.3. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

17.4. A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

17.5. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Justiça.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DO GESTOR DO CONTRATO

18.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, denominado GESTOR DO CONTRATO, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

18.2. O GESTOR DO CONTRATO anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

18.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do GESTOR DO CONTRATO deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. O Ministério Público do Estado de Alagoas poderá considerar rescindido o contrato, de pleno direito, independentemente de notificação judicial, sem que assista à CONTRATADA o direito a qualquer indenização, nos casos previstos nos art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

20.1. Havendo interesse por parte da CONTRATANTE, o Contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões na forma da Lei nº 8.666/93 até o limite estabelecido no art. 65, § 1º.



TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

IVONETE PORFÍRIO BARROS

Ativa Serviços Gerais Ltda.

Pela Contratada:

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas

Pela Contratante:

Maceió/AL, 31 de agosto de 2012.

E, para firmeza, e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

22.1. Para dirimir quaisquer dúvidas atinentes a este contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Maceió, capital do Estado de Alagoas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA - DO FORO

21.1. O Contratante providenciará a publicação do extrato deste Contrato, no Diário Oficial do Estado de Alagoas, nos termos do Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA





ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CONTRATO Nº 37/2012

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE
LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO
DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, COPEIRAGEM,
RECEPÇÃO, AUXILIAR DE ELETRICISTA DE
BAIXA TENSÃO, E AUXILIAR DE ENCANADOR,
PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS,
COM A RESPECTIVA GARANTIA.

Pelo presente instrumento de Contrato, que entre si celebram, de um lado, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, situado na Rua Pedro Jorge Melo e Silva, 79 – Poço, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob nº 12.472.734/0001-52, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. EDUARDO TAVARES MENDES, brasileiro, casado, procurador de justiça, portador da carteira de identidade nº 204.449 - SSP/AL, inscrito no CPF sob o nº 129.542.174-72, residente e domiciliado na Av. Sílvio Carlos Viana, 1991, apto. 301, Ponta Verde, nesta Cidade, e de outro, a empresa ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA, situada na Rua Joaquim Nabuco, nº 05, Farol, CEP: 57.051-410, Maceió/AL, inscrita no CNPJ sob o nº 40.911.117/0001-41, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada por sua Sócia Gerente, Srª IVONETE PORFÍRIO BARROS, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada no Cond. Aldebaran – Alfa, Q. “A”, nº 27, Serraria, nesta cidade, portadora da Carteira de Identidade nº 684.990 SSP/AL, inscrito no CPF/MF sob o nº 445.597.124-68, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, COPEIRAGEM, RECEPÇÃO, AUXILIAR DE ELETRICISTA DE BAIXA TENSÃO, E AUXILIAR DE ENCANADOR, PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, com fulcro na Lei nº 10.520/2002 e o Decreto Federal nº 3.555/2000, bem como, o Ato Normativo PGJ nº 06/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, como também, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações, Lei Complementar nº 123/2006 e L.N. 103/2007 do DNRC – Departamento Nacional de Registro no Comércio, observando, ainda, as disposições da lei nº 8078/90 (Código de Defesa do consumidor), a Portaria nº 07 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, de 09 de março de 2011, bem como com a Instrução Normativa nº 02/08 e suas respectivas alterações e a Convenção Coletiva de Trabalho 2012/2012 da Categoria dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, com abrangência territorial em Alagoas (SEACAL), aplicáveis a esta contratação, devendo ser observadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto, na forma e condições abaixo referidas, a



**ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis, copeiragem, recepção, auxílio de eletricitista de baixa tensão, e auxílio de encanador nas dependências do Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme condições e especificações descritas no Anexo I do Pregão Presencial nº 05/2012.

1.2. A prestação dos serviços objeto deste termo será acompanhada do fornecimento de equipamentos necessários à sua execução, apenas para as funções de limpeza, conforme condições constantes neste Contrato.

1.3. Os materiais de limpeza serão disponibilizados pela CONTRATANTE.

1.4. Este Contrato foi elaborado em conformidade com a com a Portaria nº 07, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, de 09 de março de 2011, bem como com a Instrução Normativa nº 02/08 e suas respectivas alterações e a Convenção Coletiva de Trabalho 2012/2012 da Categoria dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, com abrangência territorial em Alagoas (SEAC-AL).

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O serviço ora contratado foi objeto do procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 05/2012, conforme processo PGI nº 677/2012, passando a fazer parte deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes deste processo correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, que serão incluídas no PPA-2012-2015, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339037 – Locação de Mão de Obra.

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Locais:

a) EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço – Maceió/AL.

b) ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Av. Humberto Mendes, nº 636, Poço – Maceió/AL.

c) PRÉDIO-SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Bairro do Barro Duro – Maceió/AL.

4.2. Os serviços serão prestados nos seguintes horários:

a) Segundas às sextas-feiras: das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, com descanso intra jornada de 1h30min.

b) Sábados: Das 08h às 12h.





ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA QUINTA – PERÍODO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura.

5.2. O contrato poderá ser prorrogado, mediante aditamento, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) os serviços foram prestados regularmente;
- b) o MP/AL ainda tenha interesse na realização do serviço;
- c) o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- c.1) O valor do contrato será considerado vantajoso para a Administração quando for igual ou inferior ao estimado pela Administração para a realização de nova licitação.

d) O CONTRATADO concorde com a prorrogação.

5.3. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata a cláusula 5.2 poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, conforme disposição do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – REGIME DE EXECUÇÃO

6.1. EMPREITADA: Por Preço Global

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO, VALOR DO CONTRATO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. Os valores dos lotes estão detalhados na planilha de custos em anexo, totalizando R\$ 533.458,55 (quinhentos e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinco centavos).

Valor Total Lote 1	R\$ 300.475,44
Valor Total Lote 2	R\$ 232.983,11
Valor Mensal (Lotes 1 e 2)	R\$ 44.454,88
Valor Total para 12 (doze) meses	R\$ 533.458,55

7.2. O pagamento será efetuado mensalmente, em moeda corrente nacional, mediante atesto do Gestor do Contrato e apresentação dos documentos abaixo relacionados:

7.2.1. Primeiro mês:

a) Notas fiscais relativas aos serviços prestados em cada localidade, com a descrição do mês da prestação dos serviços;

- b) Certidão Negativa de Débito com INSS (CND-INSS);
- c) Certificado de Regularidade com o FGTS (CRF-FGTS);
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa

da União;



ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, a qual encontra-se disponível em todos os portais eletrônicos da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho);
- f) Certidão Negativa de Débitos dos Tributos Estaduais;
- g) Certidão Negativa de Débitos dos Tributos Municipais;
- h) Comprovente de opção do Vale transporte;
- i) Comprovente de fornecimento do Vale transporte; e
- j) Planilha de cada posto e resumo analítico contendo a relação dos prestadores de serviços discriminando o local, posto, valor unitário e o valor mensal.

10.1.2. Meses subsequentes:

- a) Notas fiscais relativas aos serviços prestados em cada localidade, com a descrição do mês da prestação dos serviços;
- b) Guias mensais de recolhimento do FGTS, da Previdência Social (GRPS) concernentes aos empregados envolvidos na execução do contrato, acompanhado do demonstrativo de cálculo dos valores das guias;
- c) Certidão Negativa de Débito com INSS (CND-INSS);
- d) Certificado de Regularidade com o FGTS (CRF-FGTS);
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, a qual encontra-se disponível em todos os portais eletrônicos da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho);
- g) Certidão Negativa de Débitos dos Tributos Estaduais;
- h) Certidão Negativa de Débitos dos Tributos Municipais;
- i) GEFIP/SEFIP;
- j) Cópia dos recibos de pagamentos mensais aos profissionais, pelos serviços prestados ao MP/AL, assim como décimo terceiro salário, férias e demais documentos que demonstrem o cumprimento dos encargos trabalhistas, se pertinentes;
- k) Planilha de cada posto e resumo analítico contendo a relação dos prestadores de serviços discriminando o local, posto, valor unitário e o valor mensal;
- l) Cópia do comprovante de entrega do vale refeição;
- m) Comproante de fornecimento do Vale transporte;
- n) Folha de pagamento; e
- o) Controle de horas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS

8.1. Conforme o Art. 19-A da IN nº 02/2008 do MPOG e suas alterações, as provisões realizadas pela CONTRATANTE para o pagamento de encargos trabalhistas serão destacadas do valor mensal deste Contrato e depositadas em conta vinculada em instituição bancária oficial,



ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

bloqueada para movimentação e aberta em nome da CONTRATADA.
8.2. A movimentação da conta vinculada será mediante autorização da CONTRATANTE, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.
8.3. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes previsões:

8.3.1. 13º salário;

8.3.2. Férias e Abono de Férias;

8.3.3. Adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa;

8.3.4. Impacto sobre férias e 13º salário.

8.4. A CONTRATANTE firmará acordo de cooperação com instituição bancária oficial, determinando os termos para a abertura da conta corrente vinculada.
8.5. A assinatura deste Contrato entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será precedida dos seguintes atos:

8.5.1. Solicitação da CONTRATANTE, mediante ofício, de abertura de conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – no nome da CONTRATADA.

8.5.2. Assinatura, pela CONTRATADA, no ato da regularização da conta corrente vinculada, de termo específico da instituição financeira oficial que permita à CONTRATANTE ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da Administração.

8.6. O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice de poupança ou outro definido no acordo de cooperação, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

8.7. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados na cláusula 8.3, depositados em conta vinculada de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

8.8. O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, 23,33% da remuneração mensal, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do Contrato.
8.9. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do Contrato.

8.10. Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

8.11. A CONTRATANTE expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhando a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da CONTRATADA.

8.12. A autorização de que trata o item anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos.

8.13. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de três dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações



8.14. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

8.15. Os valores provisionados para atendimento do item 8.3 serão discriminados conforme tabela abaixo:

ITEM				
13º Salário	8,33%			
Férias e Abono de Férias	12,10%			
Adicional do FGTS Rescisão sem justa causa	5,00%			
Subtotal	25,43%			
Grupo A sobre Férias e 13º Salário*	7,39%	7,60%		7,82%
Total	32,82%	33,03%		33,25%

Aviso Prévio ao término do contrato: 23,33% da remuneração mensal = $(7/30) \times 100$

*Considerando as alíquotas de contribuição 1%, 2% ou 3%, referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previsto no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91.

CLÁUSULA NONA – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

9.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1.1. Para efeito das presentes especificações, o termo CONTRATANTE significa Ministério Público do Estado de Alagoas que contratará os serviços objeto do presente Contrato; o termo CONTRATO define o proponente vencedor, a quem será adjudicado o objeto; e o termo FISCALIZAÇÃO define a equipe que representará o CONTRATANTE perante o CONTRATADO e a quem este último deverá reportar.

9.1.2. Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, poderão dirimir as dúvidas, porventura existentes, de modo a não incorrerem em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

9.1.3. Após a formulação da proposta de preço, não será levado em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta do CONTRATO.

9.1.4. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.

9.1.5. Todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de erros, danos ou quaisquer prejuízos causados pelo CONTRATO serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte do CONTRATANTE.



ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

9.1.6. O CONTRATO deverá providenciar livro de ocorrência, dotado de páginas numeradas e em três vias, onde serão registradas todas as atividades, ocorrências e demais fatos relevantes relativos aos serviços.

9.1.7. O CONTRATO não divulgará nem fornecerá dados ou informações obtidos em razão do contrato, e não utilizará o nome do CONTRATANTE para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia.

9.1.8. Não será permitida a presença de funcionários do CONTRATADO em qualquer local fora do horário de trabalho.

9.2. DEMANDA DOS SERVIÇOS

9.2.1. Para a execução do objeto deste Contrato serão necessárias as seguintes categorias de empregados:

a) LOTE 1:

a.1) Copiêra - execução de serviços de copiagem para atender servidores e visitantes do Ministério Público/AL;

a.2) Recepcionista - receber, orientar e dar informações aos visitantes, atender telefones, transferir ligações, controlar a entrada de pessoas nas dependências do Ministério Público Estadual, entre outras atribuições;

a.3) Auxiliar de Eletricista de baixa tensão - instalar, reparar e fazer manutenções na rede elétrica nas dependências do Ministério Público Estadual;

a.4) Auxiliar de Encanador - instalar, reparar e fazer manutenções na rede hidráulica nas dependências do Ministério Público Estadual.

b) LOTE 2:

b.1) Auxiliar de limpeza - limpeza e conservação dos bens móveis e imóveis nas dependências do Ministério Público Estadual;

b.2) Encarregado - supervisionar a execução dos serviços contratados.

9.2.2. Demanda dos Serviços de Limpeza, Higienização e Conservação.

Os índices de produtividade de limpeza das dependências do Ministério Público Estadual foram estabelecidos em função do tipo de área, da sua complexidade e da força de trabalho necessária à execução dos serviços, considerando-se, ainda, o prazo determinado para tal atividade e a especificidade dos locais de execução dos serviços.

O quantitativo da força de trabalho foi estimado em razão da produtividade média de referência, conforme as planilhas de custos em anexo.

Notas:

Áreas Internas: compreendem os diversos tipos de pisos, como cerâmica, laminado de madeira, inclui garagens e coberturas.

Áreas Externas: compreendem áreas não edificadas, mas integrantes do imóvel, como: passeios, rampas, estacionamento, circulação de veículos, jardim e acessos.

Pérgulas: Entenda-se pérgulas como as Esquadrias Externas, conforme disposição da



ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Portaria nº 07/2011, do MPOG. Faces interna e externa, esquadrias que necessitam de equipamento especial para acesso à limpeza.

- **Fachada Envidraçada:** compreendem painéis de vidro - face interna e externa, janelas que necessitam de equipamento especial para acesso à limpeza.

EDIFÍCIO-SEDE DA PGJ	
Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço - Maceió/AL	
DESCRIÇÃO	
ÁREA INTERNA	3.648,18 m ²
ÁREA EXTERNA	1.275,82 m ²
FACHADA ENVIDRAÇADA	325,71 m ²
Quantidade de Banheiros	13

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Av. Humberto Mendes, nº 636, Poço - Maceió/AL	
DESCRIÇÃO	
ÁREA INTERNA	811,24 m ²
ÁREA EXTERNA	1.149,11 m ²
FACHADA ENVIDRAÇADA	50,89 m ²
Quantidade de Banheiros	06

PRÉDIO-SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL	
Bairro do Barro Duro - Maceió/AL	
DESCRIÇÃO	
ÁREA INTERNA	311,90 m ²
FACHADA ENVIDRAÇADA	72,84 m ²
Quantidade de Banheiros	11

Área Interna - Total: 4.771,32 m²;
Área Externa - Total: 2.424,93 m²;
Fachada Envidraçada - Total: 449,44 m²;
Pérgulas - Total: 47,52 m²;
Quantidade - Total de Banheiros: 30.

- **Quantidade de auxiliares de limpeza:** 10 (dez) empregados do CONTRATADO para a realização das tarefas de limpeza, considerando o tipo de área e sua periodicidade.

- **Quantidade estimada diária de pessoas usuárias das instalações do Ministério Público Estadual:**

EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA: 160 (cento e sessenta) pessoas;